

Ministério de Minas e Energia
Assessoria de Comunicação Social – ASCOM

Destaque: (em negrito) Matérias que citam o Ministro Bento Albuquerque ou o MME:

Sumário

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo	2
Título: Plataformas começam a se tornar sucata.....	2
VEÍCULO: Folha de S. Paulo	3
Título: Gabinete de Segurança Institucional monitora risco de greve na Petrobras.....	3
Título: Discussão sobre redução de subsídio cria boom no setor de energia solar	5
Título: Na tomada.....	8
VEÍCULO: O Globo.....	9
Título: Lugar pobre que vale muito.....	9
Título: A tragédia lanomâmi.....	11
VEÍCULO: Correio Braziliense.....	12
Título: Oferta de gás pode dobrar em 10 anos	12
Título: Ataque a gigante petroleira	15

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo**Data: 15/09/2019****Seção: Economia****Autor: Fernanda Nunes / RIO Cristian Favaro / SÃO PAULO****Título: Plataformas começam a se tornar sucata**

Ao mesmo tempo em que começa a se beneficiar do pré-sal, a indústria brasileira de petróleo e gás natural vive também o seu primeiro ciclo de desmonte, em que plataformas são retiradas do mar e transformadas em sucata. O novo ciclo inaugura uma frente de negócios no País, que deve movimentar R\$ 50 bilhões de 2020 a 2040, pelas projeções da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP). A nova atividade é cercada de riscos ao meio ambiente, inclusive de contaminação do mar com material radioativo, e também à segurança dos trabalhadores.

Um exemplo de como um desmonte pode dar errado aconteceu em 23 de agosto, quando 1,2 mil litros de óleo vazaram do navio-plataforma Cidade do Rio de Janeiro, na Bacia de Campos. O vazamento aconteceu durante o descomissionamento – termo técnico para o trabalho de retirada das unidades de óleo e gás dos locais onde estavam instaladas. Pelas contas da agência reguladora, cerca de cem plataformas devem ser desmontadas nos próximos 20 anos, a maior parte da Petrobrás. Em média, a vida útil de uma instalação do tipo é de 25 anos. No Brasil, há 66 nessa condição. Outras 23 estão se aproximando dessa idade e, em breve, também devem ser desmobilizadas. Há, portanto, 89 unidades candidatas ao desmonte, segundo a ANP.

Um projeto piloto acaba de ser licitado pela Petrobrás, o de três plataformas instaladas no campo de Cação, na Bacia de Campos – contrato de cerca de US\$ 30 milhões. No futuro, sistemas de produção maiores podem custar até R\$ 1 bilhão às petroleiras, projeta Luiz Gustavo Bezerra, sócio da área ambiental do escritório Mattos Filho. “É uma oportunidade de negócios, de geração de empregos, de atividades de engenharia, não só para os profissionais estabelecidos e maduros, como para estudantes, engenheiros e planejadores que vêm das universidades.

Então, é uma oportunidade que a gente não pode deixar passar”, afirmou o superintendente de Segurança da Operação e Meio Ambiente da ANP, Raphael Moura, a uma plateia de executivos do setor, em palestra sobre o tema realizada pela FGV Energia, no Rio. Exemplo. A ANP mira no exemplo do Mar do Norte para traçar essa nova indústria no Brasil. A estimativa é de que 40 bilhões, nas próximas três décadas, circulem na Escócia para custear a retirada de plataformas de campos em fase de declínio, o que deve gerar 20 mil empregos. “O descomissionamento permite a migração de profissionais. Temos

potencial para gerar algo similar aqui, com uma grande vantagem: nós não só temos um período de crescimento da produção (no pré-sal) muito relevante, mas também a possibilidade de abrir esse novo mercado”, disse Moura.

Por enquanto, esse novo mercado está mobilizando empresas de consultoria, principalmente nas áreas de advocacia e meio ambiente, além da engenharia especializada em construção e montagem. De origem dinamarquesa, a Ramboll, com experiência internacional nesse segmento, está montando um escritório no Rio de Janeiro. Também a Método Engenharia, que há anos presta serviço de montagem em unidades fabris da Petrobrás, está no rastro dos profissionais para atender a essa nova demanda. Risco ambiental.

O acidente com o navio-plataforma Cidade do Rio de Janeiro, no mês passado, ilustra os riscos ambientais e de operação que podem ocorrer durante o processo de descomissionamento. A embarcação apresentou vazamento de óleo enquanto era retirado do mar. O casco da Cidade do Rio de Janeiro tem 33 anos, oito a mais do que a vida útil de uma unidade de produção de petróleo e gás. No meio do caminho, há 13 anos, foi reestruturado para ser utilizado como plataforma de petróleo. A Petrobrás, responsável pela unidade, foi autorizada pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Renováveis (Ibama) a desmontar a unidade em janeiro deste ano, após ter encerrado a operação em meados de 2018. Em março o descomissionamento foi liberado pela ANP.

No início do ano, o Ibama já havia afirmado que a estatal demorou em solicitar o descomissionamento. Técnicos que tiveram acesso a imagens da plataforma e que não quiseram se identificar contaram que o tanque de onde vazou o óleo apresentava corrosão. A Petrobrás não se posicionou sobre o tema. Já a Modec, operadora do navio, disse que tanto ela quanto a Petrobrás já haviam tornado pública a informação de danos à lateral do navio.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Data: 15/09/2019

Seção: Mercado

Autor: Gustavo Uribe, Nicola Pamplona e William Castanho

Título: Gabinete de Segurança Institucional monitora risco de greve na Petrobras

Em reunião com general Heleno, ministros do TST, que acompanham as negociações, manifestaram preocupação com a postura dura das estatais

O GSI (Gabinete de Segurança Institucional) tem monitorado de perto negociações salariais nas empresas estatais. O Palácio do Planalto teme um efeito cascata de paralisações. O ministro titular da pasta, general Augusto

Heleno, voltou as atenções principalmente para a Petrobras. Segundo relatos feitos à Folha, Heleno pediu a assessores do governo que o mantenham a par das novidades em relação às negociações das categorias. Os informes são reportados ao presidente Jair Bolsonaro.

A preocupação de Heleno é que eventuais paralisações afetem a atividade econômica e gerem instabilidade social, impulsionadas não apenas por discussões trabalhistas, mas pelo plano de privatizações do ministro da Economia, Paulo Guedes. Entre as estatais com potencial de venda de ativos, Petrobras, Eletrobras e Correios vivem impasse nas negociações.

Funcionários do Correios, por exemplo, estão em greve desde o dia 10 de setembro, após naufragar a mediação no TST (Tribunal Superior do Trabalho). O GSI pediu informações sobre a negociação na Petrobras ao tribunal, que também está mediando a negociação entre estatal e petroleiros. No dia 2 deste mês, conforme consta da agenda oficial do general, houve uma reunião entre ele e ministros do TST. Heleno recebeu, no Palácio do Planalto, o presidente da corte, ministro João Batista Brito Pereira, e o vice-presidente, ministro Renato de Lacerda Paiva.

Procurado pela Folha, o GSI afirmou, por meio de nota, que o ministro-general tratou sobre a negociação do acordo coletivo da Petrobras. Também em nota, o TST confirmou o teor da audiência e disse ter recomendado ao governo que incentive o entendimento nas negociações.

“Na ocasião, os ministros do TST demonstraram preocupação com a possibilidade de deflagração de greve nesses segmentos por falta de entendimento em torno de cláusulas dos respectivos acordos coletivos de trabalho”, diz nota do TST enviada à Folha.

“Os ministros enfatizaram que compreendem as dificuldades econômicas do país, mas ressaltaram a importância da busca de soluções pelo governo para a manutenção de serviços essenciais à população brasileira.”

Um integrante da gestão passada disse que a vigilância de greves costuma ser realizada à distância e a postura atual do GSI é atípica. Entraram no foco do órgão recentemente protestos de indígenas em Brasília, na atual gestão, e a paralisação dos caminhoneiros, no governo Michel Temer (MDB).

A última vez que uma greve na Petrobras virou tema de segurança nacional foi em 1995. Os manifestantes ameaçaram parar refinarias e o então presidente Fernando Henrique Cardoso chamou o Exército.

De lá para cá, os petroleiros não retomaram a estratégia, temendo atrair oposição da própria população.

A estatal responde ao MME (Ministério de Minas e Energia), sob o comando do ministro-almirante Bento Albuquerque — e o tema também mobiliza a pasta, porque na negociação salarial estão previstos cortes nos direitos, diferentemente do que ocorreu nos governos do PT.

De 1995 a 2018, petroleiros acumularam 40% de ganho real. Agora, são propostos 70% do INPC (índice Nacional de Preços ao Consumidor).

Ocorre que a Petrobras teve lucro líquido de R\$ 18,9 bilhões no segundo trimestre e a categoria alega que não há argumento para cortes.

Nas conversas de corredor na estatal, é unânime o desconforto com a falta de habilidade dos diretores, que falam que os empregados têm de contribuir, mas não informam o montante a ser economizado.

O MME teme ainda uma reação à venda de 8 das 13 refinarias da Petrobras, segundo relatos à Folha. O negócio, previsto para ser concluído em 2020, renderia até US\$ 35 bilhões (R\$ 142 bilhões), segundo afirmou o presidente da estatal, Roberto Castello Branco.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Data: 15/09/2019

Seção: Mercado

Autor: Ivan Martínez-Varga

Título: Discussão sobre redução de subsídio cria boom no setor de energia solar

Pequenos geradores aceleram projetos e movimentam hoje R\$ 5,6 bi em novos investimentos

Diante da perspectiva de mudanças legais, empresas costumam suspender investimentos à espera de uma definição. No caso da geração de energia solar está ocorrendo o inverso.

A mudança nas regras em discussão na Aneel (agência reguladora do setor) impulsiona um boom de investimentos — especificamente na chamada geração distribuída.

Nesse modelo, os próprios consumidores instalam painéis solares para abastecerem suas casas ou indústrias e estabelecimentos comerciais, repassando a energia que sobra às distribuidoras, obtendo descontos na conta de luz.

A corrida tem razão econômica: a discussão em curso prevê reduções do subsídio a esses pequenos geradores.

Segundo a Absolar (Associação Brasileira de Energia Solar Fotovoltaica), a geração distribuída movimenta R\$ 5,6 bilhões em investimentos hoje.

Grandes empresas — mesmo não tendo direito ao subsídio — também miram o setor. A entidade estima que outros R\$ 23 bilhões serão mobilizados nos leilões previstos até 2023 para a criação de parques solares.

A energia solar representa 1,2% da matriz energética brasileira. É a sétima fonte, longe dos 61% das hidrelétricas e atrás da sua maior competidora, a eólica, que fica com 8,7%.

A queda no custo dos painéis e os avanços tecnológicos têm permitido que a fonte ganhe eficiência e competitividade em todo o mundo.

No Brasil, o setor, que engatinhava em 2012, bate hoje a marca de 3,1 GW (gigawatts), o suficiente para abastecer 1,5 milhão de residências — 1 GW vem de geração distribuída.

As regras atuais desse tipo de geração, elaboradas em 2012, preveem uma espécie de subsídio cruzado.

Quem adere aos painéis solares precisa conectar sua instalação ao sistema de uma distribuidora. O pequeno gerador utiliza toda a infraestrutura dessa distribuidora, que também contabiliza o trânsito da energia.

A rede da distribuidora funciona, assim, como bateria que guarda créditos do excedente de energia por 60 meses.

O serviço prestado pelas distribuidoras, porém, não é remunerado pelo pequeno gerador, e os custos fixos da prestação do serviço são rateados entre todos os consumidores que não têm geração própria.

A Aneel traçou cinco cenários em que pequenos geradores passariam a remunerar as distribuidoras e pagariam entre 28% e 63% da tarifa cheia.

“Quem tiver o sistema de geração homologado e funcionando antes da entrada em vigor da norma terá um prazo de carência de até 25 anos, pelas discussões atuais. Isso tem estimulado uma corrida para instalação de sistemas”, diz Roberto Lima, sócio do escritório Cescon Barriau.

O diretor-geral da Aneel, Rodrigo Pepitone, já disse que nova fase da consulta pública sobre o tema será aberta até outubro. A definição das regras ocorrerá no início de 2020.

“Temos 120 mil unidades consumidoras abastecidas hoje por energia solar, mas o potencial é de 84 milhões. O ritmo de crescimento vai depender da nova regra, mas nós defendemos que a regra atual seja mantida”, diz Ronaldo Koloszuk, presidente do conselho da Absolar.

“O setor ainda é criança, tem 15 mil empresas descentralizadas. As distribuidoras também estão com empresas de geração fotovoltaica, mas querem atrasar o jogo.”

“O ritmo de expansão hoje é alto, são 300 novos sistemas por dia, uma curva bastante pronunciada. Em um cenário em que o governo quer baixar o valor da tarifa de energia, faz sentido cobrar por parte dos custos do fio”, afirma Eduardo Monteiro, diretor-executivo do Instituto Acende Brasil.

Entre grandes empresas, a mudança da regulação tem feito diferença na decisão sobre investimento. É o caso, por exemplo, da Votorantim Energia, que hoje tem dois parques eólicos, mas que analisa investir em energia solar.

“Olhamos principalmente para a possibilidade de instalar energia solar nos nossos parques eólicos, o que a regulação não permite, mas deverá mudar. Também olhamos para parques solares prontos. Na geração distribuída, vemos uma oportunidade, o mercado vai crescer”, diz Carlos Guerra, diretor de inovação da empresa.

O grupo Enel faz investimentos tanto em grandes usinas como em projetos de geração distribuída. A empresa, que possui também distribuidoras de energia, tem se manifestado pela redução do subsídio cruzado.

“As distribuidoras precisam investir para adaptar suas redes para operar uma rede mais complexa. A empresa acredita que esses investimentos, que são necessários para permitir a troca de energia entre consumidor e geradores distribuídos, devem ser reconhecidos de forma a manter o equilíbrio financeiro do setor de distribuição”, disse em nota.

Já a cervejaria Ambev fechou contratos de R\$ 140 milhões para a construção de 30 usinas solares que fornecerão energia por meio de geração distribuída a seus centros de distribuição. Os locais iniciarão o funcionamento até março de 2020.

Segundo Leonardo Coelho, diretor de suprimentos e sustentabilidade da companhia, a redução no custo da energia ficou “na casa dos dois dígitos” para a empresa.

O grupo francês de energia Engie, que hoje concentra a maior parte dos negócios de energia solar em geração centralizada, quer diversificar e investir em geração distribuída, segundo o diretor de operações, Paulo Henrique Muller.

“Enxergamos uma transição energética em curso e queremos participar dela. Hoje nos preparamos para todos os cenários de mudança regulatória. Nossa projeção de investimento varia entre R\$ 200 milhões e R\$ 500 milhões para os próximos cinco anos, a depender de como for essa mudança”, diz. A empresa não tem uma posição quanto ao fim do subsídio, segundo ele.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Data: 15/09/2019

Seção: Colunas

Autor: Joana Cunha

Título: Na tomada

Painel S.A

A empresa WEG vai instalar 35 postos para carregamento de carros elétricos em Brasília. No projeto, que é da ABDI (agência de desenvolvimento industrial) e do Parque Tecnológico de Itaipu, o abastecimento é de graça.

De todo mundo

Em outubro, a agência ligada ao ministério da Economia, lança projeto piloto de compartilhamento de automóveis elétricos para o setor público. A iniciativa tem custo de R\$ 2,3 milhões para a ABDI, incluindo contratos de comodato para uso e manutenção dos 16 veículos.

Luz

A ABGD (associação de geração distribuída) lançou um abaixo-assinado neste mês contra o plano da Aneel de taxar a energia que é produzida pelos próprios consumidores, como em painéis solares. O documento será levado à Presidência da República.

Pressa

A perspectiva de que a Aneel crie novas taxas para quem gera a própria energia acelerou as instalações. Saltou de 40 mil em setembro de 2018 para 104 mil em agosto. Quem colocar antes da nova resolução pode ser liberado de destinar parte do que produzir à distribuidora de energia, como forma de pagamento pelo uso da infraestrutura dela.

VEÍCULO: O Globo**Data: 15/09/2019****Seção: Rio****Autor: LUCAS ALTINO****Título: Lugar pobre que vale muito**

De olho nos royalties do petróleo, Búzios e Cabo Frio brigam por bairro humilde

Morador da Rua 22, na divisa entre Búzios e Cabo Frio, o missionário evangélico Carlos Roque passou os últimos dias buscando saber em que cidade poderia receber atendimento médico. Após um vídeo com o seu drama viralizar nas redes sociais, ele foi orientado a procurar um posto de saúde em Búzios. A situação é o retrato das dificuldades enfrentadas por quem vive na região e se sente perdido enquanto as duas prefeituras travam uma disputa na Justiça pelo bairro Maria Joaquina.

Foi justamente a mudança de lado desse bairro que fez Búzios figurar no levantamento divulgado pelo IBGE, no mês passado, como a segunda cidade com o maior crescimento populacional no país: 21,9%. O instituto decidiu contar os moradores de Maria Joaquina como buzianos —fez isso com base numa decisão judicial, que Cabo Frio já conseguiu derrubar. Para todos que vivem ali, o motivo da briga pelo bairro não é segredo: a chance de um aumento na receita, especialmente com os royalties de petróleo.

— Há dois anos, me mudei de Búzios para Maria Joaquina, em Cabo Frio. Mas, no lado esquerdo da calçada, em frente à minha casa, é Búzios —explica Roque, pulando de um lado para o outro da rua, para mostrar o que separa as cidades. —Eu já tinha o cartão do SUS, mas, na última terça-feira, não me aceitaram no posto de Vila Verde, em Búzios. Depois que eu gravei um vídeo, me ligaram para avisar que voltaria a ser atendido lá.

CRESCIMENTO DESORDENADO

Maria Joaquina é um bairro pobre, com a maioria das ruas em terra batida e uma população em crescimento. Atualmente, são 13 mil habitantes, segundo a prefeitura de Búzios, mas é possível imaginar que o número aumente, devido ao surgimento de novos loteamentos irregulares. Historicamente, seus moradores são ligados a Búzios, cujo Centro fica mais próximo — 25 minutos de ônibus, contra uma hora e meia de viagem em duas conduções até o Centro de Cabo Frio —e onde a maioria trabalha. No local, existem dois serviços públicos: um posto de saúde e uma escola municipal, ambos da prefeitura de Cabo Frio.

Uma das marcas do bairro é a atuante comunidade quilombola, os primeiros habitantes dali. Landina Antônio Oliveira, presidente da Associação dos Remanescentes do Quilombo de Maria Joaquina, se recorda da época da votação pela emancipação de Búzios, em 1995. Segundo ela, todos em Maria Joaquina acreditavam que o bairro faria parte da então nova cidade.

— Naquele ano, enchemos três ônibus até o Rio para marcar presença na votação. Somente depois de um ano descobrimos que ainda estávamos dentro de Cabo Frio — contou Landina, que reclama do descaso das autoridades. — Cabo Frio leva o dinheiro, e Búzios leva os votos. No meio disso tudo, ficamos abandonados.

Maria Joaquina teve grande crescimento recentemente, com a chegada de moradores que saíram do balneário turístico por causa da valorização imobiliária. Por isso, muitos ali ainda têm o título de eleitores de Búzios. Por lá, as contas também são divididas. Landina diz que a luz é cobrada por Cabo Frio, mas a água e a telefonia vêm de Búzios.

— Na prática, nunca pertencemos a Cabo Frio. Todo mundo aqui vai resolver seus problemas em Búzios — diz Landina, matriarca de um dos três núcleos que originaram as 147 famílias quilombolas do bairro. — E a receita de royalties, eles só usam para a Praia do Forte (Cabo Frio). Só quero que melhore meu bairro, independentemente da cidade a que pertencer.

Todos apontam os royalties do petróleo como o maior pivô da briga. No entanto, ninguém revela o valor por trás de tanto interesse. Segundo o comerciante Jailton Barros, Maria Joaquina e a vizinha Tamoios seriam responsáveis por 30% da arrecadação de Cabo Frio. Procurada, a Agência Nacional de Petróleo (ANP) informou que não conseguiria chegar a uma conta exata. Já a prefeitura de Cabo Frio não respondeu ao GLOBO.

BRIGA JUDICIAL

Há anos, ações populares tentam anexar Maria Joaquina a Búzios. Em 2017, foi sancionada uma lei de autoria do então deputado estadual Paulo Ramos que garantia a mudança, mas a prefeitura de Cabo Frio, ao temer a perda de receitas, entrou com uma Ação Direta de Inconstitucionalidade, alegando que não foi realizado um plebiscito, conforme determinam as regras. A primeira ação foi arquivada, mas houve nova tentativa e, no último dia 12 de agosto, uma liminar (a segunda este ano) suspendeu os efeitos da lei.

Atualmente, Búzios, com população de 30 mil pessoas, tem 800 moradores de Maria Joaquina na sua rede de educação e mil no sistema de saúde. A prefeitura respondeu que ainda está levantando quanto arrecadará a mais de royalties,

IPTU, ISS, ITBI e do Fundo de Participação dos Municípios caso fique com o bairro. O prefeito Henrique Gomes (DEM) diz que a anexação é uma demanda histórica.

—Já atendemos muitas pessoas de Maria Joaquina. É um desejo da sociedade. Eles têm ligação com a gente — afirmou o prefeito, que foi o vice da chapa eleita em 2016, mas assumiu o cargo há três meses pela quinta vez no período devido a decisões judiciais que afastaram o prefeito André Granado (MDB).

Em meio à disputa pelo bairro, o Ministério Público instaurou um inquérito para que não sejam interrompidos os serviços no posto de saúde de Maria Joaquina. No fim de agosto, foi decidido que Cabo Frio deverá melhorar o atendimento. Enquanto isso, Búzios atenderá quem já era anteriormente cadastrado em seu sistema, sem aceitar novos registros por enquanto. Hoje há um entendimento de que o bairro continua com Cabo Frio até o fim do processo na Justiça.

VEÍCULO: O Globo

Data: 15/09/2019

Seção: Colunas

Autor: Ancelmo Gois

Título: A tragédia lanomâmi

Pesquisadores da ENSP/Fiocruz conduziram uma aprofundada pesquisa com cerca de 300 crianças indígenas lanomâmi, com menos de 5 anos de idade, das regiões de Auari (Roraima), Maturacá e Ariabú (Amazonas). E constataram que, além de contaminadas por mercúrio por causa do garimpo ilegal, 80% delas sofrem de desnutrição crônica: “A mais delicada situação nutricional já reportada em toda a literatura científica nacional e uma das maiores em escala mundial”.

Aos dados...

Segundo o estudo de Paulo Cesar Basta e Jessem Douglas Yamall Orellana, 81% das crianças apresentam baixa estatura para a idade, 48,5% têm baixo peso e 69%, anemia.

Faroeste caboclo

Ainda tem gente que minimiza o poder das milícias. Grupos armados têm ameaçado operários contratados pela Petrobras para a construção de dutos da Rota 3, que vai trazer gás dos campos do pré-sal, prevista para ficar pronta em 2021.

VEÍCULO: Correio Braziliense**Data: 15/09/2019****Seção: Economia****Autor: Simone Kafruni****Título: Oferta de gás pode dobrar em 10 anos**

O Brasil tem potencial para aumentar a produção de gás natural e mais do que dobrar a oferta do combustível na próxima década. No entanto, o programa Novo Mercado de Gás, do governo federal, tem enormes desafios pela frente. É preciso desenvolver a infraestrutura de gasodutos para interiorizar o gás no país e ampliar o mercado consumidor. Para isso, a expansão deve ser integrada ao setor elétrico, afirmam especialistas, sob pena de o insumo ser desperdiçado.

Por enquanto, apenas metade do gás produzido é disponibilizado ao mercado. Em julho de 2019, segundo dados da Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), a produção foi de 124 milhões de metros cúbicos por dia (MMm³/d). A reinjeção nas reservas foi de 36%. Descontados o consumo interno (13%) e a queima (3%), sobraram 61,7 MMm³/d. Essa produção líquida de gás natural vai mais do que dobrar até 2029, segundo a Empresa de Pesquisa Energética (EPE), quando estarão disponíveis 138 MMm³/d (veja quadro).

Marcos Frederico de Souza, superintendente de Estudos de Petróleo, Gás e Biocombustíveis da EPE, explica que o desafio do crescimento da produção de gás começa pela limitação de infraestrutura. “Pelos ritmos dos projetos que já estão em andamento, temos perspectiva de dobrar a produção a partir de 2025. Nesse horizonte, as providências para dotar o país de dutos de escoamento têm de começar agora”, alerta.

O especialista destaca que parte do gás é usado na reinjeção para dar vazão ao óleo. “O reservatório funciona melhor com reinjeção. Mas é uma parcela. Se for viabilizado o escoamento, alguns campos deixarão de injetar porções”, estima. Souza assinala que também será necessária infraestrutura para especificar o gás natural. “Para produzir, são necessárias membranas que fazem o processo de separação da molécula. O ideal é ter de 3% a 5% de dióxido de carbono (CO²), mas existem reservatórios nos quais o gás tem 30%, 40%, 60% ou até 80% de CO²”, revela.

Por necessidade técnica, se queima, se injeta ou se consome o gás, enumera Souza. Por questões de segurança, 3% do gás deve ser queimado. “Esse índice já foi de 25%”, lembra. Ele diz ainda que é natural que uma empresa deixe para depois a criação de uma infraestrutura de escoamento do gás, pois o petróleo vale muito mais. “É um comportamento normal antecipar o caixa e retardar a construção dessa infraestrutura”, ressalta. Além disso, é preciso desenvolver o

mercado para valer a pena o investimento no escoamento, já que o petróleo é muito mais rentável. “De qualquer forma, a produção vai dobrar. Hoje, o líquido é cerca de 60 MMm³/d e vai para quase 140 MMm³/d em 2029”, reforça.

Segurança jurídica

Na opinião de Gustavo De Marchi, presidente da Comissão de Energia da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) e consultor jurídico da Associação Brasileira das Empresas Distribuidoras de Gás Canalizado (Abegás), a resolução nº 16 do Conselho Nacional de Política Energética (CNPE), que estabelece diretrizes e aperfeiçoamentos à promoção da livre concorrência no mercado de gás, foi apenas o primeiro passo. “Ela traz recomendações, mas com pouco tratamento e atenção para última ponta da cadeia que vai de fato levar o gás ao consumidor: o setor de distribuição”, alerta.

De Marchi observa que não há uma política firme sobre interiorização do gás. “Isso é fundamental: como o gás vai chegar aos rincões do país? Sem projeto estruturante, não vai dar conta. São necessários incentivos para atrair investimentos. O projeto tem que partir do governo, tem de entrar na pauta”, defende. Outro ponto grave, segundo o especialista, é a ausência da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) no processo. “O que vai ancorar o mercado serão as termelétricas. É fundamental que a agência integre esforços. Algo precisa ser trabalhado desde já, na prática regulatória, com interação intensa entre Aneel e ANP”, sustenta.

O advogado está preocupado com o papel das agências estaduais. “Só o aprimoramento vai dar segurança jurídica para os investidores, com respeito aos contratos de concessão vigentes”, diz. Segundo ele, alguns estados estão querendo sair na frente, sem processo negocial com as distribuidoras. “Não dá para mexer em regulações no afogadilho. Uma das diretrizes é a adoção de boas práticas regulatórias, com análise de impacto.”

No entender de Adriano Pires, diretor do Centro Brasileiro de Infraestrutura (Cbie), o modelo está meio capenga e é preciso desenvolver o mercado urgentemente. “A maior parte do gás do Brasil está no mar. O cara que é dono quer dar um destino, porque precisa tirar o óleo. Antigamente, podia queimar. Hoje, tem limite para isso”, destaca. “Como não é vantajoso exportar, porque compete com o gás dos Estados Unidos, mais barato, acaba sendo injetado.”

“O que está certo no modelo é tentar criar uma concorrência na oferta de gás. Hoje, só quem oferta é a Petrobras. Mas não vejo um plano e regulação correta para incentivar a infraestrutura de dutos”, lamenta. Conforme ele, o país tem três unidade de processamento de gás natural (UPGN) e uma malha pequena de transporte e de distribuição. “O choque de oferta vai ocorrer em quatro, cinco

anos. Temos esse tempo para construir infraestrutura e interiorizar o gás”, sentencia.

Concorrência

O caminho natural será uma competição entre linhas de transmissão e gasodutos, diz Pires. “Com dutos, pode-se construir uma termelétrica onde for necessária e do tamanho do mercado que for atender. O gasoduto tem a vantagem de poder ser seccionado em vários dutos para levar gás a outros locais. Além disso, as perdas são 10 vezes menores do que nos linhões”, explica. “Mas será necessário criar um fundo de financiamento inicial, porque o gasoduto se rentabiliza em 10 anos, de uma concessão de 30. O privado não faz sozinho.”

A integração com o sistema elétrico, defendida por De Marchi e Pires, também foi sugerida por Efrain Pereira da Cruz, diretor da Aneel, durante o 16º Encontro Nacional de Agentes do Setor Elétrico (Enase), realizado no Rio de Janeiro, no fim de agosto. Segundo ele, no cenário mundial, as redes de transmissão de energia elétrica competem com as redes de gás natural, porque ambas são alternativas de levar o abastecimento para todas as regiões do país. Efrain alertou, na ocasião, que é o momento de reavaliar o modelo de parques geradores térmicos próximo às fontes de suprimento das moléculas, porque, se mantido, terá “o condão de engessar o desenvolvimento da indústria”.

O diretor da Aneel ainda destacou, durante o Enase, que o Novo Mercado de Gás, se bem planejado, “poderá ser o verdadeiro condutor de uma modicidade tarifária para todos os brasileiros, não só pelo setor elétrico, mas também por meio de indústrias mais competitivas, gerando empregos, renda e impostos para municípios, estados e União”.

Projeto DF

Enquanto o gás não é interiorizado, indústrias, comércios e residências de capitais no Norte, Centro-Oeste e até mesmo Nordeste do país ainda não são abastecidos pelo combustível. Entre elas: Brasília, Goiânia, Cuiabá, Porto Velho, Belém e Teresina. No Distrito Federal, no entanto, há um projeto da Secretaria de Desenvolvimento Econômico para fazer um gasoduto de 905km, que ligará Brasília a São Carlos (SP), passando pelo Triângulo Mineiro. A ideia é trazer o gás importado da Bolívia para o Planalto Central. Conforme a assessoria da SDE, não existe modelagem, mas a participação do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) é estudada. “Como passa por vários estados, é preciso uma pré-negociação com todos os envolvidos. A previsão de investimento é de US\$ 1 bilhão”, informa a SDE.

"O que vai ancorar o mercado serão as termelétricas. É fundamental que a agência integre esforços. Algo precisa ser trabalhado desde já, na prática regulatória, com interação intensa entre Aneel e ANP"

Gustavo De Marchi, presidente da Comissão de Energia da OAB

VEÍCULO: Correio Braziliense

Data: 15/09/2019

Seção: Mundo

Autor:

Título: Ataque a gigante petroleira

Um incêndio de grandes proporções atingiu duas instalações da petroleira saudita Aramco, uma das maiores do mundo. O ataque aéreo ocorreu na madrugada de ontem, a partir da ação de drones, e foi reivindicado por rebeldes houthis, do Iêmen. Essa é a terceira ação contra a empresa protagonizada pelo grupo em cinco meses. Eles alegam agir em retaliação a intervenções sauditas em prol do governo vizinho.

O canal de tevê dos houthis, o Al-Massirah, descreveu o incêndio como uma "operação de envergadura contra refinarias em Abqaiq e Khurais", no leste do reino. O sítio de Abqaiq é sede principal da gigante petroleira, abrigando a maior unidade de tratamento de petróleo da Aramco. Os drones — 10, segundo os rebeldes — teriam voado cerca de mil quilômetros para atingir os alvos. O ataque foi confirmado pelo governo saudita, que ressaltou que os incêndios "foram apagados" pouco depois.

Parceiro de Riad, o presidente americano, Donald Trump, afirmou ao príncipe Mohammed bin Salman que Washington está pronto para cooperar com a segurança do reino saudita. Mais incisivo, o secretário de Estado norte-americano, Mike Pompeo, responsabilizou diretamente o Irã, que apoia os rebeldes do Iêmen, pelo ataque. Em sua conta no Twitter, Pompeo escreveu que Teerã "faz de conta" que está empenhado na diplomacia.

O príncipe teria afirmado a Trump que a "a Arábia Saudita quer e pode responder à agressão terrorista", segundo a agência de notícias pública do país. Emirados Árabes, Barein, Kuwait e Egito também condenaram a investida aérea. O enviado das Nações Unidas para o Iêmen, Martin Griffiths, declarou-se "extremamente preocupado com os ataques e a recente escalada militar" na área. Griffiths também convocou "todas as partes à moderação e a evitar colocar em risco o processo de negociações das Nações Unidas", no Iêmen.

Sabotagens e ameaças

As ações dos rebeldes iemenitas acontecem em um contexto de tensão na região do Golfo, acirrada por ataques e atos de sabotagem contra embarcações petroleiras em maio e junho, atribuídas ao Irã pelos Estados Unidos e pela Arábia Saudita. As investidas dos rebeldes iemenitas, cada vez mais frequentes, mostram que o grupo tem armas modernas, representando, assim, uma ameaça aos sauditas e, principalmente, à sua economia.

Horas depois do ataque, testemunhas informavam à agência de notícias France-Presse que havia fogo e fumaça no local, cujo acesso foi fechado a jornalistas. A Arábia Saudita suspendeu temporariamente a produção nas duas instalações, interrompendo cerca da metade do total da produção da Aramco, informou o ministro da Energia, príncipe Abdulaziz bin Salman.

A Aramco, terceira maior petroleira do mundo, de acordo com um ranking publicado na revista Forbes, planeja entrar na bolsa entre 2020 e 2021 e lançar no mercado cerca de 5% do seu capital, captando em torno de US\$ 100 bilhões. A empresa foi a que mais lucrou em 2018, ultrapassando gigantes como a Apple e a Exxon Mobil.

Defesa mútua com Israel

Também ontem, Trump conversou com o primeiro-ministro israelense, Benjamin Netanyahu, sobre um tratado de “defesa mútua” para “fixar ainda mais a tremenda aliança” entre os países. “Espero continuar essas discussões depois das eleições israelenses, quando nos reunirmos nas Nações Unidas no fim do mês!”, tuitou o americano dando apoio tácito à candidatura de Netanyahu, às vésperas das eleições. Netanyahu agradeceu ao “querido amigo” usando o Twitter.

MME / ASCOM .